

-----  
--- No dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, reuniu, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pela deputada municipal Susana de Fátima Carvalho Amador, com a presença dos seguintes deputados municipais: -----  
-----

**PS - Partido Socialista**-----

Susana de Fátima Carvalho Amador -----

Daniel Vitorino Bernardo Lima -----

Ana Rita Andrade Costa Dinis Pires -----

Tânia Sofia dos Santos Portela -----

João António Leal Cruz Franco -----

Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão -----

Isabel Cristina Carapeta Gomes-----

Carla Sofia do Carmo Pires -----

José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro -----

Eunice Filipa Pires Alexandre Camilo Ramos Proença -----

João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira -----

João Filipe de Jesus Pinto-----

Hélio António Magalhães Gonçalves dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas)-----

Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----

Judite Brás dos Reis Gonçalves (em substituição do Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho) -----

Joana Teresa Cardoso Feitor Almeida (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela)

Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas) -----  
-----

**CDU – Coligação Democrática Unitária**-----

Francisco Joaquim Lourenço Pereira-----

João Paulo Melo Simões -----

Élio Alexandre Capricha Matias -----

Beatriz Goulart da Silva Pinheiro-----

Ana Maria da Conceição Duarte da Mata-----

Tânia Cristina Mateus Costa -----  
Elisa Pinto Canelas Boaventura -----  
Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade -----  
Ricardo José Batista da Silva -----  
Patrícia Isabel Pedrosa Fernandes -----  
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões) -----  
António Manuel Pombinho Costa Guilherme (Presidente da Junta de Freguesia de Loures) -----  
João da Silva Florindo (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

**PPD/Partido Social Democrata** -----

Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----  
Armando Manuel Pedroso Militão -----  
Daniela Romana Monteiro Afonso Matos -----  
Andreia Sofia Lopes da Ressurreição -----  
Alexandre Daniel Simões Bento -----  
Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa) -----

**CH - Chega** -----

Patrícia Isabel Morgado de Almeida -----  
Luís Filipe Pereira Direitinho -----  
Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro -----

**BE - Bloco de Esquerda** -----

Rita Lage Sarrico -----

**IL – Iniciativa Liberal** -----

Tiago Filipe Jorge da Silva -----

**PAN - Pessoas-Animais-Natureza** -----

Pedro Miguel Guerreiro Nunes dos Santos -----

--- Esteve ausente nesta sessão, Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela) -----

--- Concluída a chamada, com a presença de 42 deputados municipais e verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a reunião. -----

- No início da sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal *Youtube* da Câmara Municipal de Loures. -----

- Deu também conhecimento da correspondência recebida desde o dia trinta e um de julho até dezassete de setembro de dois mil e vinte cinco, cuja listagem foi facultada a todos os deputados municipais e disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão. -----

--- De imediato foi dado início ao “Período de Intervenção do Público”. -----

### ----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (20h38) -----

--- Neste período, foi informado que existiam seis (6) munícipes inscritos, tendo cada um seis minutos para intervir. Realizaram-se as seguintes intervenções: -----

- João Monteiro de Jesus, falou de uma queixa referente a uma construção ilegal e clandestina, cujo processo está datado de quinze de maio de dois mil e vinte e cinco. Disse ser proprietário do imóvel e residente em Bucelas, informando que o autor da obra ilegal, também é residente em Bucelas. Destacou que as obras em questão já foram concluídas e correspondem à ampliação de um espaço que não lhe pertencia. -----

Disse que a casa possui um projeto de construção que foi submetido à aprovação da Câmara Municipal de Loures por um antigo proprietário já falecido, e que a construção foi realizada entre 1964 e 1971. Acrescentou que a edificação não tinha portas nem janelas voltadas para a parte de trás da sua casa, que atualmente conta com uma porta e uma janela, além de uma placa em cimento de construção duvidosa, que foi cravada na sua parede, cobrindo o cano principal de esgoto da sua residência, que está ligado à rede de saneamento da Rua 8 de Março. -----

Fez menção de que a placa possui duas claraboias e um tubo de extração de fumaça, situado exatamente em frente a uma das janelas do primeiro andar da sua casa. Realçou que as obras estruturais e a afetação à sua propriedade, poderiam ter causado danos na estrutura do seu prédio, mostrando uma fotografia para demonstrar os factos relatados. Diante do exposto, solicitou que fossem tomadas as medidas necessárias para proteger os seus direitos e interesses, pedindo a demolição das obras mencionadas num prazo razoável. Além disso, requereu que fossem verificadas as fundações e alicerces da sua casa, assim como a extensão dos danos na parede onde a placa de cimento foi fixada, e a legalidade das obras em questão. -----

Expressou a sua preocupação em relação ao tempo que teria que aguardar por uma resposta da Câmara Municipal de Loures sobre a questão mencionada, informando que até o momento nada lhe havia sido comunicado. Disse que, ao entrar em contato com os serviços de atendimento público, foi informado de que o processo estava sob a

responsabilidade do diretor do departamento e que apenas ele tinha acesso às informações. A secretária do diretor confirmou que a Polícia Municipal havia visitado o local em vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, mas não tinha mais informações.-----

Nas considerações finais, fez três questões: primeiro, porque é que após mais de quatro meses, nenhuma informação foi fornecida sobre o caso; segundo, qual a razão para a total confidencialidade do processo; e terceiro, qual seria o tempo necessário para receber uma resposta. -----

Terminou dizendo que o caso requer atenção, uma vez que se trata de uma demolição de apenas um pouco mais de 10 m<sup>2</sup>, referente a uma construção clandestina numa área urbana consolidada, que não condiz com a área de construção aprovada pela Câmara Municipal de Loures. -----

- Edgar José Soares Pereira Macedo, referiu que faria a sua exposição como um ato de cidadania, em busca de esclarecimentos e o apuramento de responsabilidades. Era residente em Moscavide e relatou que na semana anterior consultou o mapa de estacionamento condicionado para o evento Sunset Party, co-organizado pelo município de Loures, e estacionou o seu veículo num local devidamente autorizado, conforme a informação disponível.-----

No dia 12 de setembro de 2025, às 10h52, enquanto estava no trabalho, recebeu um telefonema da Loures Parque, solicitando que retirasse o seu carro a pedido da Junta de Freguesia de Moscavide e Portela. Explicou que o seu veículo estava estacionado legalmente e que ele só poderia retirá-lo após às 18h30, quando terminaria o seu horário de trabalho. Às 15h18, recebeu um segundo telefonema informando que o seu carro havia sido removido e levado para um parque da Junta de Freguesia, localizado na Portela, próximo do Lidl. Ele contestou o reboque, afirmando que não havia autorizado tal ação e pediu informações sobre o parque, incluindo o endereço e horário de funcionamento, mas não obteve respostas satisfatórias, pois informaram-no que apenas foram encarregados de contactá-lo. -----

Preocupado, disse que procurou informações na internet sobre o parque e não encontrou nada. Referiu que saiu mais cedo do trabalho e ao chegar a Moscavide, constatou que o seu carro não estava no mesmo local de estacionamento legal, mas que um outro veículo ocupava aquele espaço. Ao entrar em contato com a Loures Parque, foi informado que não havia qualquer registo de reboque associado à sua matrícula. --- Também contactou a Polícia Municipal presente no local, que de maneira diligente e profissional, confirmou que não haviam realizado o reboque da sua viatura. Na procura de respostas, foi à 40<sup>a</sup> esquadra de polícia, no Parque das Nações, mas os agentes de serviço também não conseguiram localizar o seu veículo. -----

Destacou a importância da necessidade de ter sempre o seu carro disponível, pois o seu pai, que reside em Lisboa, é deficiente com um grau de incapacidade superior a 60% e

também enfrenta problemas cardíacos, necessitando de acompanhamento médico regular. Mencionou que a incerteza sobre o paradeiro do seu veículo e a possibilidade de ficar o fim de semana sem ele geraram-lhe grande angústia e ansiedade, o que se intensificou com a passagem do tempo. Referiu que finalmente conseguiu comunicar com o presidente da Junta de Freguesia, que estava presente junto ao palco do evento. Após encontrar-se com o presidente da Junta de Freguesia, foi informado de que a Junta não tem competência para mandar rebocar veículos e que desconhecia o caso. Nesse momento, um membro da equipa da Junta ofereceu-se para levá-lo até o local onde o carro estava. Ao chegar ao local, deparou-se com a situação decepcionante: o suposto "Parque da Junta, na Portela, junto ao Lidl" revelou-se, na verdade, um estaleiro dos SIMAR, um descampado cercado, que não estava aberto ao público e não possuía horário de funcionamento. -----

Referiu que solicitou ao funcionário presente o registo do reboque do veículo, que normalmente incluiria a documentação que assinala o ponto de origem do reboque, bem como a identificação do veículo e dos profissionais envolvidos na operação. No entanto, foi informado de que não havia nenhuma documentação disponível. Perante dessa situação, decidiu formular algumas questões direcionadas ao presidente da Câmara Municipal de Loures, mas que também deveriam ser refletidas por todos os membros da Assembleia procura de esclarecimentos e apuramento de responsabilidades. As questões levantadas foram: -----

1. Qual foi a infração que motivou o reboque do seu carro?-----
2. Se a Loures Parque não tem registo do reboque, embora tenha sido a empresa a informá-lo sobre o mesmo, e as Juntas de Freguesia não têm competência para realizar ou solicitar reboques, quem efetivamente realizou o reboque?-----
3. Está o estaleiro da SIMAR licenciado para funcionar como parque para viaturas rebocadas?-----
4. Quem se responsabiliza por eventuais danos ao veículo resultantes do reboque?
5. O poder local deve garantir o respeito pelos direitos dos cidadãos, incluindo o direito à propriedade, consagrado na Constituição da República Portuguesa. A realização de um evento festivo pode suspender temporariamente esses direitos?-----

Destacou que, no início daquela semana, havia exposto o caso à Loures Parque e à Junta de Freguesia de Moscavide e Portela, tanto por e-mail, quanto através do livro de reclamações, mas até o momento não recebeu resposta. -----

Por fim, pediu à Assembleia que realizasse as devidas diligências para apurar responsabilidades, reconhecer e retratar-se formalmente, e prevenir a ocorrência de situações semelhantes no futuro. Mencionou que os membros da Assembleia representam os cidadãos e têm o dever de agir de forma a não causar angústia, incerteza ou constrangimento ao final de um dia de trabalho. -----

Por fim, disse que pretendia deixar um dossiê contendo a exposição do caso, incluindo fotografias, comprovativos, fotocópias, e uma versão do texto lido, ao cuidado da presidente da mesa da assembleia, caso lhe fosse permitido. -----

- João V. Soares Resa, expressou que não sabia se estavam preocupados com a situação, mas achava sempre bom lembrar algumas questões. Deu nota que deveriam estar preocupados com as respostas que não havia recebido durante todo o mandato, reiterando que, se fosse necessário, voltaria a repetir e que raramente tinha recebido respostas do executivo municipal. Comparou a situação ao tempo do senhor Carlos Teixeira, que dizia que ia enviar cartas, mas nada acontecia. -----

Mencionou que não obteve respostas sobre a viagem ao Parlamento Europeu e questionou se, caso não quisessem ouvir, não deveriam ir. Perguntou como era possível que uma Assembleia Municipal não fosse ao Parlamento Europeu, afirmando que isso não poderia continuar a acontecer em todos os mandatos. Propôs que houvesse um sorteio entre os alunos de todas as escolas do Concelho de Loures para fazer essa viagem. -----

Também questionou sobre a qualidade das refeições escolares, indagando se algum dos presentes havia ido a alguma escola verificar essa qualidade, sugerindo que isso poderia melhorar se fossem conferir. -----

Em relação ao apoio dado às igrejas no Concelho de Loures, mencionou que apoiaram a Hillsong, insinuando que esperavam trazer o Justin Bieber para as festas do Concelho. Criticou o apoio de 140.000 euros a essa igreja, que consideraram importante pelo seu papel social, e a concessão de 250.000 euros ao templo de Shiva, realçando que isso gerava descontentamento entre as demais igrejas que não receberam apoio.

Destacou que a segurança foi comprometida durante o espetáculo do MC Kevinho nas Festas de Loures, mencionando a ausência do controlo na entrada e a grande confusão que ocorreu, com a polícia a expulsar pessoas de varandas de terrenos privados. Reiterou que sempre falou dos altos custos dos concertos em Sacavém, Moscavide e nas festas do vinho de Bucelas. Referiu também a saturação do estacionamento no bairro do Pinto, em Frielas, que não oferece alternativas à noite. Ele mesmo constatou essa situação ao deslocar-se até lá. -----

- Luís Armando Medeiros Martins, referiu que os romanos davam circo ao povo, a ditadura dava os 3 F – Fátima, futebol e fado, e no concelho de Loures atualmente dão música aos munícipes. Questionou quanto custaram os quatro artistas que atuaram nas festas de Loures, qual foi o retorno estimado e qual o método de cálculo para a obtenção desse valor. -----

- Mário Jesus Lopes, agradeceu a todos os deputados municipais a paciência que tiveram para o ouvir durante o mandato 2021/2025. Afirmou que conhecia todo o Concelho de Loures e que, para isso, tinha estado nas suas 10 freguesias. Garantiu que, em todo o Concelho de Loures, a freguesia com mais pressão urbanística era Moscavide e Portela, sendo também a que tinha a maior população. Destacou o seu Presidente, Ricardo Lima, como uma pessoa que contata diretamente com as populações e, além de ser deputado na Assembleia da República, é Presidente dos bombeiros e da Junta, conseguindo dar conta de tudo isso. Mencionou ainda a ajuda de Ricardo Leão, Presidente da sétima Câmara do país, que está em franco desenvolvimento socioeconómico, cultural e educacional, e que, em termos de transportes e saúde, o Concelho parecia-lhe equilibrado a priori.-----

Destacou a vitória de Isaac nos 1500 metros do atletismo e o sucesso do *Moscavide Street Party Sunset*. A Câmara apoiou os eventos com Calema e Rui Veloso, que atraíram 200.000 pessoas. Parabenizou todos, realçando que Loures estava no mapa nacional e que Moscavide tinha o maior concerto de rua do país. Uma certeza é que a Câmara intercederia junto da PSP ou da polícia municipal, pois estava a acabar com as poucas vergonhas de bicicletas a subir em sentidos contrários. Como ele era civil, não podia multar, mas acreditava que alguns precisavam de um puxão de orelhas.-----

Mencionou o Jardim Dr. João Gomes Patacão, em Moscavide, uma grande obra de quase 1.600.000 euros, que estava muito bonito e que continuariam a desenvolver. Também falou sobre a importância de investir na educação e na parte ambiental, destacando o papel do vereador Nelson Batista na melhoria das condições ambientais. O Concelho, segundo ele, tinha tido um grande desenvolvimento a todos os níveis e destacou a ligação à segunda circular, que estaria prevista para 2026 ou 2027.-----

-----  
- Pedro Miguel Lopes Dias Mateus, não autorizou que a sua intervenção e imagem fossem transmitidas. Começou por salientar que trazia três temas e que considerava ser justo ter um pouco mais de tempo, mas viria outras vezes. Referiu que o tema da sessão era o estado do município e, pelas intervenções feitas na sala, aquele era considerado mau. Ele já chegara com essa convicção e as opiniões que ouviu reforçaram o seu sentimento de que o município estava surdo e mudo. Relatou que enviou e-mails e cartas, mas não obteve respostas, afirmando que até a própria Assembleia Municipal parecia ter o mesmo comportamento da Câmara Municipal. Mencionou ter enviado um e-mail no dia 24 de maio e que, até à data, não havia recebido retorno. Recebeu apenas a informação de que o seu e-mail foi encaminhado para a Câmara Municipal, mas afirmou que o verdadeiro papel fiscalizador da Assembleia não existia, evidenciando um problema: as questões que reportava à Câmara Municipal não eram resolvidas e eram, então, enviadas de volta à Assembleia, que se limitava a encaminhar para a Câmara

novamente. Criticou a capacidade de resolução dos problemas, afirmando que os últimos quatro anos foram lamentáveis. -----

A seguir, ele abordou o primeiro ponto da sua intervenção, que era o Cemitério de Loures. Descreveu a situação como uma construção desordenada, destacando que houve uma ampliação há várias décadas, sem respeito pelo estacionamento ou pela necessidade de passeios. Segundo ele, o cemitério estava completamente abarrotado entre outras construções, sem preocupação pelo impacto visual dos nichos e ossários, que foram construídos de maneira anárquica e sem planeamento. Sugeriu que, a qualquer momento, poderiam construir prédios de gavetões no meio do cemitério. Criticou a falta de preocupação em relação às construções na rua José Marques Raso, tanto em termos de impacto visual quanto aos asfaltamentos, mencionando que entre o ossário e a via pública havia apenas um muro. Disse que soube recentemente que iriam demolir algumas construções devido a problemas com amianto, realçando que foram edificadas há cerca de dez anos e, mesmo assim, continuaram a construir ainda mais em cima do arruamento. Concluiu que a gestão do espaço municipal era medíocre, pedindo que fossem feitas intervenções mais integradas e planeadas, em vez de remendos e construções inadequadas. -----

Passando ao segundo ponto, que dizia respeito às paragens de autocarro em volta do Hospital Beatriz Ângelo, mencionou que recentemente foram colocados vários pontos de paragem, mas não foram colocadas passadeiras para os peões, nem abrigos para a chuva. Curiosamente, comentou que enviou um e-mail em junho e que só obteve resposta no presente dia, porque marcou presença na Assembleia, o que considerava bastante revelador. Em relação à eficiência dos serviços municipais, afirmou que não era tudo mau, mas que, dado o tempo que tinha, não poderia deter-se nas coisas boas, mas focar-se nas negativas. -----

No terceiro ponto, falou sobre as Vilas do Solar, uma urbanização degradada há décadas perto do Hospital de Loures. Informou que havia uma nova construção, um alargamento para mais de 300 lotes, e convidou todos a visitar. Afirmou que, embora exista uma parte nova e luxuosa, ainda há áreas degradadas que a Câmara Municipal viabilizou. A Assembleia tinha aprovado as obras de urbanização na zona degradada, e questionou por e-mail e informaram que as obras foram aprovadas. No entanto, ele discordou, apontando que várias áreas não estavam pavimentadas e que havia muitos aspetos em falta, incluindo obras prestes a terminar que foram realizadas sem licença. Explicou que, na parte antiga da urbanização, eram necessárias obras de pavimentação. Embora houvesse alguns arranjos, considerou que a situação era uma completa trapalhada, mencionando que o urbanizador interveio sem autorização da Câmara em áreas onde não poderia. Realçou que, apesar de se terem realizado obras de interesse público, não houve cumprimento dos procedimentos legais. Além disso, os problemas estruturais da urbanização não foram corrigidos, como uma entrada para o hospital que foi

restabelecida pela Câmara há cerca de 15 anos de forma inadequada, fazendo com que quem quisesse aceder a casa tivesse que parar o veículo ou ir para o passeio, uma vez que o raio de curvatura do arruamento não era regulamentar. Convidou os presentes a visitar o local, mencionando inclusive que havia muitas casas à venda. -----  
Por fim, lamentou viver em Loures sob aquela gestão municipal e pediu que fossem resolvidos os problemas do cemitério, das paragens de autocarro e do acesso às Vilas do Solar, argumentando que, se desejavam uma nova centralidade, não era dessa maneira que o conseguiriam, pois continuam a promover interesses privados em detrimento do interesse público.-----

-----  
Terminada a intervenção do público, a Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos aos munícipes. Intervieram para o efeito: -----

-----  
- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, disse entender que estavam a menos de três semanas das eleições autárquicas e houvessem munícipes com descontentamentos. -----

Em resposta ao senhor munícipe Edgar Macedo, disse não ter conhecimento do assunto e garantiu que iria apurar pessoalmente o que se passou, pois o que foi relatado era demasiado grave. Qualquer tipo de dano ou qualquer tipo de situação, a empresa tinha que responder perante aquela questão. -----

Relativamente aos restantes munícipes, passou a palavra à Vice-Presidente, vereador Nuno Dias e vereador Nelson Batista. -----

-----  
- A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes sobre a questão que foi colocada pelo senhor munícipe Luís Armando Martins, no que concerne às festas de Loures, esclareceu que as festas de Loures são sempre um momento maior das comemorações do aniversário do Concelho de Loures, a 26 de Julho e no presente ano foram cinco dias de festas onde passaram por três palcos mais de vinte e cinco artistas, uma média diária de vinte mil pessoas, onde tiveram vários espaços dedicados à saúde, ao desporto, encontro de gerações, de sustentabilidade, animação de rua. Deram palco a vários artistas locais, nacionais e internacionais. No que diz respeito a todos os procedimentos de contratação, foram levados a cabo no âmbito do regime legal da contratação pública. -----

-----  
- O Vereador, Nuno Ricardo Conceição Dias, em resposta ao senhor Pedro Miguel Mateus, disse que o caso que colocou já foi acompanhado pela DFU e estava em análise a questão das obras de urbanização. Referiu sobre o caso relatado no acesso às Vilas do

Solar, era um processo com mais de vinte anos de resolução e a responsabilidade estava da parte do urbanizador. -----

Na resposta apresentada, disse que a Câmara Municipal estava a demonstrar o seu compromisso em abordar as não conformidades relacionadas à urbanização mencionada. O acompanhamento contínuo das obras, incluindo reuniões com o Departamento de Fiscalização Urbanística, visava garantir que as questões fossem resolvidas de maneira eficaz.-----

Mencionou que as notificações ao proprietário para a reposição da legalidade urbanística indicavam que já estavam a ser tomadas ações em relação ao cumprimento das normas e regulamentos. O facto de haver um processo de contraordenação indica que a Câmara estava a seguir os procedimentos legais adequados para lidar com a situação.-----

Também foi destacada a importância de respeitar os prazos estabelecidos no Código de Procedimento Administrativo. Essa é uma parte crucial do processo, pois garante que todas as partes envolvidas tenham a oportunidade de responder e que o devido processo legal seja seguido. A referência à possibilidade de encaminhar a situação ao Ministério Público, caso as respostas não sejam adequadas, reforça a seriedade com que a Câmara estava a tratar do assunto e a sua disposição para agir em conformidade com a legislação. Deu nota de que a legalização pode não ser viável, e abstinha-se de fazer uma declaração definitiva, reconhecendo que essa é uma questão para as autoridades competentes decidirem.-----

Em resumo, finalizou referindo que a Câmara estava a seguir um protocolo administrativo para resolver as questões de legalidade urbanística, mantendo uma comunicação clara sobre os passos que estavam a ser dados e reforçando o seu compromisso com a conformidade legal e a responsabilização dos proprietários.-----

- O Vereador, Nelson César Gonçalves Batista, em resposta ao senhor Pedro Mateus, sobre a construção de nichos e ossários, retificou que a Câmara não estava a fazer uma construção de nichos nem ossários, mas apenas a requalificar e a reparar os existentes. Iriam permanecer precisamente com a mesma situação, apenas estavam a recuperar tudo o que lá existia e que estava degradado, para poder utilizar e dar resposta à comunidade. Afirmou não haver qualquer tipo de relação daquilo que o município pretendia ou do receio que a população possa ter. Não iriam aumentar em altura ou o que quer que fosse.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, informou ao senhor município Pedro Mateus, em relação às questões que foram dirigidas à Assembleia Municipal, que o período destinado ao público foi fixado em seis minutos. Essa decisão decorre do Regimento da Assembleia Municipal, que foi aprovado por unanimidade, e seis minutos é considerado

um tempo adequado. Quando comparado com as grelhas médias na Assembleia da República, os deputados têm um tempo mais frequente de três minutos e, às vezes, cinco minutos, além dos agendamentos potestativos, sendo a média entre três e cinco minutos. No Parlamento Europeu, a média é de um minuto, o que considera os seis minutos estabelecidos pela Assembleia Municipal de Loures adequados, refletindo a boa tradição da casa, pelo que foram discutidos em conferência de líderes e em plenário. Sobre a fiscalização do órgão, também explicou caso o munícipe não tivesse conhecimento, que Loures possui uma boa tradição, com a Mesa da Assembleia Municipal a ser composta pelas três forças políticas mais votadas. O Partido Socialista, sendo o partido mais votado, preside, seguido pelo Primeiro Secretário da CDU, o segundo partido mais votado, e a Segunda Secretária do Partido Social Democrata, do terceiro partido mais votado. Assim, a Mesa é plural e reflete os resultados eleitorais. Em relação à fiscalização, a Assembleia Municipal é orgulho de uma fiscalização tripla, que ocorre tanto nas sessões ordinárias quanto nas extraordinárias, onde as perguntas são direcionadas à Câmara Municipal. Além disso, há uma fiscalização relacionada ao Estatuto do Direito da Oposição, com requerimentos que são enviados ao Executivo para resposta. O desejo é ter 100% de respostas desses requerimentos, que atualmente estão em cerca de 70%. Esse índice, embora bom em comparação com o restante do país, é algo que procura-se aumentar. A fiscalização também é realizada através das comissões competentes. A Assembleia Municipal de Loures conta com sete comissões, e quando um ofício ou e-mail é recebido, ele é encaminhado ao Executivo, bem como à comissão competente, a fim dos deputados municipais poderem solicitar mais informações, realizar visitas, ou qualquer ação que considerem necessária e oportuna para cumprir o seu papel de fiscalização. Disse acreditar que a Assembleia está a cumprir o que está estipulado na lei, indo além dela, através das comissões especializadas e do excelente trabalho realizado, que será também apresentado nos relatórios das comissões na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Em relação à questão do senhor munícipe João Soares Resa, sobre as viagens dos jovens ao Parlamento Europeu, reiterou que existe um programa de cidadania jovem. Esse programa inclui um nível para os mais velhos, que é a Assembleia Municipal Jovem, e para os mais novos “Um dia na Assembleia Municipal”. De acordo com o Regulamento aprovado na Assembleia Municipal Jovem, os catorze agrupamentos indicam os jovens disponíveis para participar, havendo um conjunto de sessões realizadas nos catorze agrupamentos, seguido de uma sessão plenária onde os jovens tomam posse e são eleitos, com escolas vencedoras. Foi considerado que a escola com mais votos, a escola vencedora, deveria receber um estímulo adicional, que se materializou numa viagem ao Parlamento Europeu. Para muitos dos jovens, essa foi a primeira viagem das suas vidas, oferecida por um deputado europeu. Os deputados europeus têm uma quota de viagens que podem oferecer a escolas, associações e entidades, proporcionando uma conexão

mais próxima dos cidadãos em Portugal com o Parlamento Europeu, que aprova muitas decisões que impactam a vida dos cidadãos, considerando que são portugueses, mas também cidadãos europeus. Portanto, os jovens estavam extremamente felizes, assim como os seus pais, e não fazia sentido realizar um sorteio, pois fazia parte do programa que aqueles que tiveram melhor votação tivessem a oportunidade de ir. Mencionou que para o próximo mandato, haverá uma ampliação do número de viagens, de modo que, além dos que ganham em primeiro lugar, os do segundo e terceiro lugares também possam participar, dependendo da disponibilidade dos deputados europeus. Disse acreditar que essa questão estivesse esclarecida, sendo uma questão de mérito de cidadania, clara e transparente, como foi todo o mandato ao nível da Assembleia Municipal.

- Terminado o “Período de Intervenção do Público”, foi dado início ao “Período da Ordem do Dia”.

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### PONTO ÚNICO – DEBATE SOBRE O ESTADO DO MUNICÍPIO

- A Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Debate do Estado do Município, dando nota da sistematização do mesmo. Referiu que iriam fazer os primeiros cinco minutos de intervenção geral, dirigida a todas as bancadas, por ordem crescente, que depois se culminaria com cinco minutos para o Executivo Municipal. Seguidamente, dariam início à grelha de tempos de todos os partidos, que estava também prevista no Regimento:

PS – Partido Socialista	28 minutos
CDU – Coligação Democrática Unitária	20 minutos
PPD/PSD – Partido Social Democrata	14 minutos
CH - Chega	10 minutos
BE – Bloco de Esquerda	6 minutos
IL – Iniciativa Liberal	6 minutos
PAN – Pessoas-Animais-Natureza	6 minutos

A Câmara Municipal teria sessenta minutos para responder, distribuindo o tempo também, obviamente, como entender adequado, em função das rondas que iriam ocorrer.

- Para uma primeira intervenção sem contagem de tempo, entrevistaram:

- Pedro Miguel Guerreiro Nunes dos Santos (PAN), mencionou que debatiam mais uma vez o estado do Município de Loures e inevitavelmente, fizeram um balanço do estado em que o Executivo deixou o município no final do mandato de 2021 a 2025. O mandato do Partido Socialista e do Partido Social Democrata foi marcado por constantes anúncios de grandes números, como o maior orçamento de sempre, a maior recuperação de dívida da habitação social e a maior utilização de transportes públicos. No entanto, esse mandato foi adornado com anúncios e promessas para o Concelho, enquanto esses números, por vezes megalómanos, contrastavam com a decrescente qualidade de vida dos lourenses. Lamentou que, muitas vezes, a quantidade não era qualidade e que os munícipes continuavam a não sentir melhorias nas suas vidas. -----

Em relação à saúde, mencionou que o mandato foi marcado pelo fim das PPP no hospital Beatriz Ângelo, sem entrar em discussões sobre a culpa pela alteração do modelo de gestão do hospital. Como sempre afirmou, voltava a dizer, que para o PAN não é relevante se o hospital é público ou privado, pois entendem que a saúde não pode ser categorizada dessa forma. O que realmente lhes interessa é que ninguém tenha o acesso à saúde vedado, mas infelizmente isso não tem acontecido. O hospital Beatriz Ângelo continua a ser notícia nos meios de comunicação social, não pelos melhores motivos, mas sim por falhas nos sistemas informáticos, que adiam cirurgias e exames complementares de diagnóstico que, na maioria dos casos, já não eram realizados nos prazos recomendados. Também mencionou as longas horas de espera, durante as quais os doentes esperam e desesperam. Além disso, destacou que as urgências pediátricas continuam encerradas durante a noite e aos fins de semana. Dirigindo-se ao senhor Presidente, referiu que o que deveria ser uma solução temporária tornou-se uma solução definitiva, a qual não atende às necessidades dos munícipes. Mencionou que, embora o Executivo seja contra a decisão, o que realmente importa saber é o que será feito para reverter a situação. Destacou que não é suficiente inaugurar novos Centros de Saúde, uma vez que os já existentes estão desprovidos de recursos e de pessoal para funcionar adequadamente. Relatou que há funcionários que precisam levar material para o centro de saúde, incluindo itens básicos como papel para impressoras e canetas. Deu nota que, naquele verão, cerca de vinte profissionais de saúde da unidade de saúde familiar do Parque da Cidade de Loures apresentaram pedidos de escusa de responsabilidade devido à falta de condições de trabalho, com temperaturas em alguns gabinetes a atingirem os 35 graus. Ele testemunhou como os profissionais, especialmente as enfermeiras, trabalhavam com duas ventoinhas de alta potência voltadas para si, tentando lidar com o barulho ensurdecedor resultante. Infelizmente, o concelho ainda enfrenta uma situação desastrosa em relação aos cuidados primários, não se limitando apenas às infraestruturas, mas também à falta de médicos e enfermeiros.-----

Em relação à habitação, qualificou o problema como grave e complexo, afirmando que as soluções não podem ser apenas locais, mas também nacionais. No entanto, realçou que muito poderia ser feito pelo município. Expressou o seu apoio a alguns projetos do Executivo, como o auxílio nas rendas de prestações bancárias para jovens da classe média, uma classe muitas vezes esquecida nas políticas públicas de habitação, que enfrenta enormes desafios num país onde os preços das casas continuam a subir, enquanto os salários não acompanham esses aumentos. Relembrou propostas previamente apresentadas, como modelos alternativos de habitação que poderiam ser considerados no município, incluindo a habitação intergeracional, que traz diversas vantagens no combate à exclusão social, na partilha de experiências e na contenção de custos. Concluiu, que não há habitação suficiente a preços acessíveis para a maioria das pessoas. -----

Destacou que a construção de novas habitações não atende à maioria da população, especialmente aqueles que recebem pouco mais que o salário mínimo nacional. Referiu a necessidade de encontrar soluções para essas pessoas, para que situações como as do bairro do Talude deixem de ser uma realidade. Para isso, não basta apenas afirmar que Loures deve ser um concelho livre de barracas, pois, é crucial garantir condições dignas de vida, que são fundamentais num Estado de Direito. -----

As soluções propostas do PAN, incluem não apenas a construção de habitação municipal acessível, mas também a reabilitação do património municipal, disponibilizando essas habitações à população. -----

Quanto ao meio ambiente, defendeu uma abordagem holística que considere a preservação e conservação da natureza em várias dimensões. Disse ser essencial preservar os espaços verdes e cuidar do arvoredo existente, valorizando-os como fontes de ecossistemas ricos, especialmente em tempos em que a sombra se torna cada vez mais escassa devido às políticas de desmatamento do Executivo. -----

Também mencionou que a mitigação dos efeitos das alterações climáticas deve incluir melhorias na mobilidade. Era urgente que os residentes de Loures tivessem alternativas de transporte, destacando a importância do Metropolitano de Lisboa. Esse projeto tem o apoio de diversas forças políticas, pois a sua implementação trará melhorias significativas para a qualidade de vida da população.

Por fim, fez um apelo sobre a situação do novo CROAL, solicitando informação sobre atualizações do andamento do projeto. -----

-----  
- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), mencionou que Loures precisa de soluções concretas, sustentáveis e eficazes para os problemas que há demasiado tempo se arrastam. Destacou que gostaria de realçar apenas três aspetos essenciais para o futuro do Concelho: saúde, habitação e mobilidade. -----

Em relação à saúde, mencionou que o hospital Beatriz Ângelo continua a enfrentar graves dificuldades de gestão e eficiência. Referiu que a experiência passada demonstrou que, enquanto o hospital esteve sob um modelo de parceria público-privada, funcionou de forma mais eficaz, sendo mais barato para o contribuinte e, principalmente, mais eficiente no atendimento aos pacientes. Afirmou que recuperar a PPP não é uma questão ideológica, mas sim de bom senso e respeito pelos lourenses, que merecem um hospital a funcionar plenamente. -----

Sobre a habitação, mencionou que o problema não se resolve com discursos ou medidas isoladas de controlo de preços, mas sim com mais construção e maior oferta no mercado. Segundo ele, apenas aumentando o número de casas disponíveis, será possível realmente reduzir os preços e garantir que famílias de Loures, assim como outras que desejam viver no Concelho, possam continuar a residir sem serem empurradas para fora da Área Metropolitana de Lisboa, devido a rendas e valores de compra insustentáveis. O município, por sua vez, deve assumir um papel ativo em desbloquear terrenos, licenciar projetos rapidamente e atrair investimentos. Disse que o município precisa criar mecanismos para parcerias com entidades públicas, privadas e cooperativas, usando a expressão "colocar a carne toda no assador". -----

Por fim, em relação à mobilidade, afirmou que não se podem aceitar soluções caras, lentas e de baixa capacidade, como a linha roxa do metro. Loures, segundo ele, precisa de investir na ferrovia, conforme defendido no programa da Iniciativa Liberal, afirmando que o plano ferroviário nacional deve ser concretizado ali. Uma rede de transporte eficiente, segura e com capacidade de passageiros muito maior do que o atual projeto do metro é o que se deve procurar, devendo ser capaz de servir a Área Metropolitana de Lisboa Norte e tornar-se a solução futura para Loures. Em suma, apresentou três ideias claras: gestão eficiente no hospital através da parceria público-privada; mais habitação para baixar preços e a ferrovia como motor de mobilidade pesada para Loures. Concluiu que isso é o que irá melhorar a vida dos lourenses e que deveria ter sido a prioridade do Executivo durante o mandato. -----

-----  
- Rita Lage Sarrico (BE), disse que Loures tem sido frequentemente mencionada nas notícias, mas sempre pelos piores motivos. O Concelho está marcado pela crise da habitação, pelo transporte que não atende às necessidades das pessoas, pelos serviços públicos que falham e pelo abandono ambiental. Criticou o Executivo por responder a esses problemas com propaganda. Segundo ela, nos últimos anos, o poder autárquico afastou-se da população, tornando-se num Executivo que deixou de escutar, dialogar e cuidar. Caracterizou o Executivo como arrogante, opaco e autoritário, que, para disfarçar a sua incapacidade, adotou táticas da extrema direita e diante de problemas concretos, a resposta foi a propaganda e a perseguição aos mais vulneráveis. -----

Referiu que, durante quatro anos, houve um agravamento das questões no Concelho. No que diz respeito à habitação, destacou que o preço das casas tornou-se inabituável, e a resposta do Executivo foi demolir em vez de construir e despejar em vez de apoiar. Comentou que o Executivo desperdiçou os fundos do PRR para reforçar o parque habitacional municipal, optando por varrer os problemas para debaixo do tapete, em detrimento da vida das pessoas. -----

Na mobilidade, o esquecimento também é evidente, tornando-se um desafio diário o acesso ao trabalho, à escola e a cuidados de saúde. Loures, segundo ela, precisa de mais autocarros, mais ligações, mais horários e melhores condições, já que o direito à mobilidade não deve depender do código postal. -----

Em relação à saúde, mencionou que existem Centros de Saúde inaugurados sem médicos, apenas para aparições nas redes sociais, e outros em condições completamente indignas, tanto para os utentes quanto para os profissionais de saúde. Deu nota que mais de sessenta e cinco mil pessoas estão sem médico de família e que praticamente não existem medidas para atrair e fixar profissionais de saúde no Concelho, além da falta de soluções para o encerramento constante das urgências do Beatriz Ângelo. -----

Na educação, lamentou a falta de professores auxiliares, as condições básicas nas escolas, e mencionou que ainda há salas de aula onde chove dentro. Também destacou que ainda existem escolas onde os alunos precisam levar mantas e luvas no inverno para se aquecer. -----

Em relação ao meio ambiente, disse que, quando a crise climática exige ação urgente, a resposta é a total ausência de planeamento e visão. -----

Realçou que a maior falha não se deu apenas nas políticas, mas também na forma como o poder foi exercido, com arrogância, desprezo pela crítica e medo da participação. Afirmou que a política tem sido feita de costas voltadas para as pessoas e por isso, Loures precisa virar a página e necessita de um projeto que responda às questões da habitação, saúde, serviços públicos, mobilidade, meio ambiente e participação democrática. Disse que atualmente existe essa alternativa, uma alternativa que junta forças progressistas, que surge da proximidade com as populações e que coloca verdadeiramente as pessoas no centro. -----

Concluiu dizendo que o estado do município não se mede por outdoors ou por postagens no Facebook feitas com a ajuda de inteligência artificial, mas sim pela vida concreta das pessoas e é por isso que afirma que Loures merece mais e que Loures pode ser mais, declarando que o Bloco de Esquerda se encontra pronto para construir esse futuro. -----

-----  
- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), referiu que o Concelho de Loures enfrenta uma situação preocupante em diversas áreas, o que gera um sentimento generalizado de

insatisfação entre os cidadãos. A questão da segurança é um dos pontos mais críticos, com relatos de moradores que descrevem algumas freguesias como um verdadeiro "faroeste". -----

Criticou a gestão do hospital Beatriz Ângelo, que atualmente é pública, mencionando o encerramento de urgências e a saída de profissionais, resultando num hospital que não atende adequadamente às prioridades dos lourenses. Defendeu o retorno ao modelo de gestão anterior que, segundo o Tribunal de Contas, era considerado eficaz e económico para o contribuinte. -----

Outro ponto abordado foi a inauguração de novas unidades de saúde e centros de saúde, que muitas vezes não dispõem de profissionais para atender a população. Lamentou que, apesar dos edifícios modernos e bem equipados, a falta de médicos compromete o atendimento à comunidade. -----

Na área da segurança, destacou que as esquadras no Concelho estão mal equipadas, com apenas algumas viaturas e poucos polícias, o que limita a capacidade de resposta a episódios de criminalidade. Realçou que, após quatro anos sob a atual administração, os problemas de segurança não só persistem, como tendem a agravar-se. -----

A situação da manutenção do espaço público também foi criticada, apontando para o acúmulo de lixo em diversas áreas e parques que se encontram em estado de abandono. Questionou o porquê para a falta de limpeza e conservação durante o mandato, especialmente num período em que as taxas de resíduos são cobradas mensalmente dos munícipes. -----

Reconheceu o investimento na Carris Metropolitana que trouxe algumas melhorias, mas apontou que ainda existem lacunas significativas nos serviços de transporte, resultando em penalizações para os usuários. A superlotação dos comboios e a situação do trânsito também foram mencionadas como problemas persistentes. -----

Por fim, na questão da habitação, lamentou que, após quatro anos, Loures ainda não tenha soluções efetivas para as famílias e jovens, com a situação da habitação municipal a agravar-se. Criticou a permanência de incumpridores em habitações municipais, que ocupam espaços que poderiam ser destinados a novas famílias que procuram uma oportunidade. Apesar de haver um quadro comunitário favorável, segundo ele, o Executivo não implementou as medidas necessárias para atender às necessidades dos lourenses. -----

Concluiu que o Concelho está em mau estado e que a mudança depende de uma gestão eficiente e eficaz, que ele acredita ser possível no futuro. Deixou uma mensagem clara, de que é necessário um novo rumo para enfrentar os desafios que Loures enfrenta, priorizando a satisfação das necessidades da população. -----

-----  
- Sara Raquel Bordalo Gonçalves (PPD/PSD), começou por afirmar que o seu partido assumiu responsabilidades no Executivo com um forte compromisso para com a

população de Loures. Destacou que, desde o início, o objetivo foi claro: melhorar a qualidade de vida dos habitantes e trabalhadores do concelho. Apresentou um resumo das propostas concretas e ambiciosas do programa eleitoral, que visam o desenvolvimento sustentável do município. Esses projetos são descritos não apenas como promessas, mas como compromissos sólidos que o PPD/PSD tem trabalhado para implementar com responsabilidade e rigor estratégico. Mencionou várias iniciativas em curso, incluindo: -----

- A construção do novo canil municipal, que estava na fase de projeto. -----
- O quartel da GNR em Bucelas, cujo concurso já foi lançado. -----
- A nova saída da A1 em São João da Talha, também em fase de concurso. -----
- A construção da ponte de Palhais, que já estava em andamento. -----
- O sistema de videovigilância, com o levantamento de locais já concluído. -----

Essas iniciativas foram apresentadas como sinais de um trabalho consistente e de uma visão clara para o futuro do concelho. Reconheceu que ainda havia muito a ser feito, reafirmando que os lourenses estão sempre no centro de todas essas ações, com o objetivo de tornar Loures um concelho de futuro. -----

Em relação à habitação, reiterou o compromisso com a erradicação das barracas e reconheceu que a habitação digna é um direito fundamental. A prioridade do partido é aumentar a oferta habitacional e reforçar o apoio à habitação jovem e à classe média. Além disso, defendeu a criação de parcerias público-privadas como uma solução viável para atender às necessidades habitacionais do concelho. Destacou vários avanços significativos no mandato atual, começando pela diminuição das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, um trabalho que já trouxe resultados, mas que busca ser plenamente concluído. -----

Na saúde, referiu a luta pelo retorno da parceria público-privada no hospital de Loures, afirmando que isso é essencial para garantir um atendimento de qualidade e acessível. Além disso, exigiu melhorias nas condições dos centros de saúde, sublinhando a importância de respeitar a dignidade dos utentes e dos profissionais. -----

Em relação à educação, elogiou o trabalho na requalificação e construção de escolas, realçando que esse investimento é crucial para o futuro das crianças e jovens. Reconheceu também a colaboração das associações de pais na gestão de Atividades de Tempos Livres (ATL) e no suporte às famílias. -----

No que se refere ao ambiente e à proteção civil, destacou o trabalho na limpeza e manutenção das linhas de água, que resultou em respostas eficazes durante situações de cheia, protegendo tanto as pessoas como bens materiais. -----

Sobre a política fiscal, mencionou a redução do IMI e do IRS, desejando ir ainda mais longe para aliviar a carga fiscal sobre as famílias. Na área das atividades económicas, falou dos esforços de promoção e atração de investimentos, que têm gerado postos de trabalho e dinamizado a economia local. -----

Culturalmente, mencionou as melhorias no festival do Caracol Saloio e a criação de um espaço de *coworking* na biblioteca José Saramago, além da ampliação dos horários das bibliotecas municipais para proporcionar melhores condições de estudo.-----  
Por fim, reconheceu a necessidade de fortalecer a segurança no concelho, realçando o papel da Polícia Municipal. Reafirmou que, apesar das conquistas, a ambição é maior, e a determinação em continuar a trabalhar com os lourenses no centro de todas as decisões é fundamental para uma melhor qualidade de vida em Loures. -----

-----  
- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), disse estarem no final do mandato do Partido Socialista, que contava com o apoio do PSD na Câmara Municipal de Loures. Quatro anos em que o PS mostrou como se pode gerir sem visão e aproveitando o que ficou pronto pela CDU. Isso não era novidade. Já tinha acontecido na gestão de Carlos Teixeira e com Ricardo Leão em 2013. A história repetia se. Mas o atual mandato foi também o da propaganda, da ilusão, de promessas em resolver problemas que são da obrigação da Administração Central, em que tanto o PS de António Costa, como a AD de Montenegro, se recusam a assumir. O PS tem dito que a sua política não é ideológica, que as pessoas estão primeiro, e que soluções para as pessoas é o que os move. Referiu que a realidade é outra. Afirmou que as urgências de especialidades estão encerradas dia sim, dia sim, há falta de médicos enquanto se engorda no setor privado. Há zero novos fogos para habitação pública, há falta de vagas em lares, em creches e pré-escolar da rede pública. Faltam assistentes operacionais e professores nas escolas. Há zero melhorias na oferta de transporte ferroviário e pesado no Concelho. Isso, é na verdade, a ideologia da exclusão que é partilhada pelo Partido Socialista, pelo PSD, pelo Chega e Iniciativa Liberal, porque política sem ideologia não existe. O que existe é a escolha de que lado se está e o Partido Socialista já escolheu. -----

Em relação à saúde, prometeram melhor saúde, centros de saúde requalificados, urgências abertas, médicos de família suficientes. A realidade, é que têm filas intermináveis à porta, elevadores, avariados, ventoinhas em vez de ar-condicionado, profissionais desmotivados a abandonarem o Serviço Nacional de Saúde e cidadãos tratados como atletas olímpicos, numa prova de resistência, para talvez conseguir uma consulta. Mencionou que o lema do PS devia ser, sim, inauguramos obras pela CDU e vamos cruzar os braços à falta de médicos de família, ao encerramento de urgências do Beatriz Ângelo. Sim, aceitamos as desculpas que os vários governos, tanto do Partido Socialista, como da AD, têm dado para não investir na saúde e para não contratar médicos para o Concelho. O PS quebrou todos os recordes olímpicos em inaugurações, em exéquo com o recorde da passividade e submissão face ao governo. -----

Sobre a habitação, o PS prometeu mundos e fundos, mas em quatro anos não construiu um único fogo. Requalificou fachadas de património municipal, que tinham sido preparadas pela CDU e anunciou mais de mil fogos requalificados no seu interior.

Anunciou a revisão da estratégia da habitação. Perdeu tempo, perdeu fundos do PRR e perdeu a oportunidade de se dar uma resposta real à habitação no Concelho. No lugar de soluções estruturais, ficou somente a demolição de barracas, deixando dezenas de pessoas sem alternativa, sem teto. São especialistas em tirar o problema da frente dos olhos dos outros. São especialistas em acentuar as desigualdades, condenando trabalhadores a viver do improvisado. Ninguém quer que as pessoas vivam em barracas, nem as próprias, mas não podem demolir sem pensar nas pessoas, nem nas alternativas que elas não têm. -----

No campo da educação, também não faltaram anúncios de obras para daqui a um trimestre ou até no próximo ano e promessas de requalificação e até compromissos de modernização e qualidade. Mas a realidade que os pais, os alunos e professores conhecem, é outra. Escolas degradadas, atrasos nas intervenções, falta de planeamento, falta de professores e assistentes operacionais e zero novas vagas em pré-escolar. Enquanto isso, inventaram narrativas. Dizem que a CDU fez três grandes obras em oito anos, enquanto o Partido Socialista tem milhões. Dedicou alguns segundos para repor a verdade, porque não só não estavam executados esses tais milhões que estavam anunciados, como, por exemplo, só o Relatório de Atividades da Câmara Municipal entre abril e agosto de 2021, enunciavam intervenções em remodelações em cinco escolas e ainda a construção do pavilhão na Escola Básica João Villaret, além de outras intervenções nas escolas básicas do concelho. Na rede pré-escolar pública, com a CDU, só entre 2017 e 2021 foram abertas novas salas, disponibilizando 225 novas vagas em pré-escolar. Questionou quantas salas novas e novas vagas de pré-escolar, foram criadas nos últimos quatro anos. -----

Na mobilidade, a visão socialista foi carros, carros, carros, rotundas, rotundas, rotundas e alternativas ao carro, nenhuma. O metro de superfície da zona oriental foi trocado por um autocarro de maior dimensão, chamado BRT, que não responde às necessidades. A Linha Violeta fica amputada no Infantado, criando problemas novos de mobilidade, além de delimitar o crescimento para o corredor Norte. Loures ficou reduzida ao imobilismo. As prioridades são os carros e não as pessoas, não a qualidade de vida, nem a mobilidade sustentável. O mandato do PS de 2021 até 2025, podia-se resumir a um grande espetáculo de ilusionismo político. Cortaram fitas de sonhos e obras deixadas pela CDU, anunciaram, repetiram, encenaram e continuam a prometer. Esse é o balanço de quatro anos de governação socialista em Loures, muita ilusão, muita propaganda, muitos cartazes e promessas de milhões, mas soluções para as pessoas, para os problemas que nunca estiveram tão mal no Concelho, para esses, nada. Em quatro anos, o Partido Socialista provou que não tem nem visão, nem governa, mas entretém. Que não transforma, disfarça e, no final, deixará um Concelho desgovernado, mais desigual, mais injusto e menos coeso. Esse é que é o verdadeiro legado do Partido Socialista em Loures,

não de quem constrói futuro, mas o de quem se limitou a gerir aparências, sendo mais uma vez a história a repetir-se. -----

-----  
- Tânia Sofia dos Santos Portela (PS), mencionou que tinha muita coisa para dizer, mas as intervenções anteriores fizeram-na esgotar os argumentos. A bancada do PSD fez o favor de elencar todas as mais valias que o atual Executivo trouxe ao Concelho de Loures. -----

Destacou a postura proativa e responsável do atual executivo, que não hesitou em assumir responsabilidades alheias e abordar situações urgentes em benefício da população. Mencionou a relevância das inaugurações dos Centros de Saúde e das obras realizadas, além da qualificação das escolas e a implementação de um número extra de recursos nas instituições de ensino. -----

Agradeceu o trabalho realizado em apenas quatro anos, contrastando essa eficiência com mandatos anteriores que, apesar de mais longos, não lograram resultados semelhantes. Disse ter orgulho pelo progresso alcançado e manifestou o desejo de que essa abordagem de continuidade e comprometimento com as necessidades dos municípios fosse mantida, independentemente das responsabilidades atribuídas. Essa postura, segundo ela, era fundamental para atender às reais necessidades das pessoas. -----

-----  
- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal.-----

-----  
- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, apresentou uma visão crítica sobre a gestão da CDU em Loures, destacando a falta de planeamento estratégico nos últimos oito anos e a perda de oportunidades de desenvolvimento económico e social em comparação com municípios vizinhos. No entanto, expressou um otimismo renovado com a nova abordagem da atual administração, que procura colocar Loures "no centro", aproveitando a sua identidade forte e potencial. Explicou que, para tal, tinham realizado um diagnóstico rigoroso, escutado as comunidades, envolvido as instituições e estabelecido uma visão de futuro clara, concreta e exequível. Mencionou a visão de um município que cuida das suas dez freguesias, respeita a diversidade territorial, promove a sustentabilidade demográfica e, acima de tudo, melhora a qualidade de vida da população. Dessa ambição, nasceu o PIR - Plano de Investimentos e Reformas de Loures, que, mais do que um simples plano, representa um compromisso. Destacou a intenção de transformar o território, criar condições para o crescimento, apostar na coesão social e preparar Loures para ser um Concelho central na Área Metropolitana de Lisboa. -----

Começou pela educação, pois é aí que se constrói o futuro e referiu que após a requalificação da Escola Básica da Covina, que atualmente estavam em obra seis importantes escolas, que mereciam um olhar atento: a Gaspar Correia, a Maria Veleda,

o Infantado, a número 5 de Camarate, o Zambujal e a nova escola da Portela da Azóia. Acrescentou que já tinham lançado concursos públicos para as escolas da Apelação e de Frielas, e que estavam a criar condições modernas, dignas e seguras para alunos, professores e pessoal não docente. Afirmou que estavam a dar continuidade e a proporcionar à comunidade escolar os espaços que merecem, pois sabiam que uma educação de qualidade é sinónimo de igualdade e progresso. -----

Em relação à saúde, destacou que os passos eram igualmente firmes. Após a construção da Unidade de Saúde do Catujal, anunciou que inaugurariam, na semana seguinte, a nova Unidade de Saúde de Santo Antão e São Julião do Tojal. Mencionou que estavam em curso as obras de construção das Unidades de Saúde da Bobadela e de Camarate, e que, em paralelo, avançaram com a reparação das Unidades de Saúde já existentes, lembrando especialmente o Centro de Saúde de Sacavém, onde, segundo ele, chovia já no tempo da CDU e não houve intervenções. Aquele Executivo queria mais do que paredes novas, desejando respostas próximas, eficazes e dignas para quem mais precisa, afirmando com clareza que continuariam atentos e reivindicativos junto do Ministério da Saúde, para garantir os médicos e profissionais que o Concelho merece. -----

Afirmou que na mobilidade, estavam a viver um marco histórico. Informou que, naquele mês, seria adjudicada a obra da expansão do metro ao Concelho de Loures, da linha Violeta, aguardada há décadas pelos munícipes. Destacou que aquele investimento revolucionaria a forma como as pessoas se deslocam, promoveria o transporte público e, ao mesmo tempo, desencadearia um profundo reordenamento urbano, mais moderno, sustentável e conectado ao futuro da mobilidade metropolitana. Além disso, mencionou que não se limitavam apenas ao transporte coletivo; a variante de Loures estava concluída, trazendo benefícios na fluidez do trânsito no centro da cidade. Também informou que já havia sido lançado o concurso público para a saída da A1, em São João da Talha, um investimento assumido integralmente pelo município de Loures, ao contrário do que a CDU afirmava. Realçou que, se tivessem seguido a abordagem da CDU, ainda estariam a reivindicar a saída da A1. Referiu que esse investimento seria crucial para o descongestionamento e a qualidade de vida de milhares de pessoas, e que não estavam à espera de ninguém, ao contrário do passado, assumindo a prioridade e avançando.-----

Referiu ainda o LIOS, mencionando que tinham substituído a forma como a CDU o apresentara, pois, as Juntas de Freguesia de Moscavide e Portela, bem como de Sacavém e Prior Velho, não tinham tido conhecimento do projeto, que estava a ser avançado às escondidas, sem informar a população. -----

No que concerne ao desporto, afirmou que estava finalmente em obra o novo complexo desportivo municipal, um equipamento de referência que serviria a prática desportiva, o bem-estar e a coesão social. Sublinhou que investir no desporto é investir na saúde, na juventude e no futuro. -----

Na área da habitação, garantiu que estavam a cumprir com novos fogos em construção na Quinta do Galeão e no Eixo Norte Sul. Deu nota que, após quatro anos no cargo, estavam a construir trezentos novos fogos, e que a CDU não havia feito nada em termos de habitação pública durante oito anos. Destacou que estavam a reabilitar mil e duzentas casas, mencionando que o trabalho era feito dentro das residências das pessoas, promovendo dignidade e conforto para milhares de famílias, em vez de apenas pintá-las por fora. Mencionou ainda que legalizaram dois mil fogos, oferecendo um futuro a essas pessoas, e que conseguiram reduzir o incumprimento das rendas de 55% para 15%. Concluiu que tinham um milhão de euros de apoio à renda e à prestação ao banco para as famílias jovens e para a classe média, realçando que, ao chegarem à Câmara, o apoio era de apenas cento e cinquenta mil euros. -----  
Estavam focados em continuar a modernizar Loures com uma visão inclusiva e pragmática, afastando-se das práticas anteriores que consideravam sectárias e ideológicas. -----

-----  
- A Presidente da Assembleia Municipal, anunciou o início do debate, destacando os temas principais que foram identificados pelas diversas bancadas: habitação, saúde, educação, mobilidade, competências municipais, investimento público, abertura do ano letivo, segurança, espaços públicos, política fiscal, governação, ambiente e bem-estar animal. Informou que as discussões basear-se-iam nesses tópicos e que as rondas de debate seguiriam os tempos previamente estabelecidos. -----

-----  
- Rita Lage Sarrico (BE), levantou duas questões importantes ao Executivo, especialmente relevantes por o mandato estar quase a terminar. A primeira pergunta referia-se ao atual estado da Carta Municipal de Habitação, uma questão que foi mencionada no início do mandato, mas que não teve um acompanhamento suficientemente claro ao longo do tempo. Disse que gostava de ter uma atualização sobre o progresso feito nesse aspeto. -----

A segunda questão abordou as declarações do Governo, especificamente do Ministro, que indicaram que a Câmara de Loures não havia sinalizado um aumento nas necessidades habitacionais. Citou uma notícia do Expresso, realçando que a autarquia teria mantido os mesmos dados sobre carências habitacionais desde 2021, com base em informações coletadas em 2019. Questionou a veracidade dessa afirmação e se os dados que estavam a ser reportados ao Governo realmente se baseiam em números tão desatualizados. -----

-----  
- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), perguntou sobre o andamento do concurso do metro, além da fase de adjudicação mencionada pelo Presidente, solicitando informações adicionais sobre prazos ou etapas futuras. -----

Reconheceu o desenvolvimento positivo da nova urbanização de Sacavém, mas expressou preocupação com a pressão que isso pode criar na rede viária e nos transportes públicos na região. Perguntou se o município planeja buscar investimentos para melhorar a infraestrutura de transporte, especialmente em relação ao comboio. -- Com o início do ano letivo, questionou sobre a falta de professores nas escolas de Loures e quantos alunos estão sem aulas devido a essa situação. ----- Perguntou sobre o progresso no processo de demolição das barracas, especialmente após a providência cautelar, buscando atualizações sobre o andamento da questão. ---- Questionou sobre a situação do hospital Beatriz Ângelo, que está sem sistema informático há vários dias, e os impactos disso nas consultas e cirurgias. Indagou até quando essa situação deverá persistir e quando está previsto o regresso da parceria público-privada (PPP) na gestão do hospital. -----

-----  
- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), disse que a questão da habitação em Loures é realmente complexa e preocupante. Apesar do Executivo ter o maior orçamento municipal de sempre e um quadro comunitário favorável como o PRR, a sensação de que pouco foi feito nos últimos quatro anos é compreensível. Questionou porque é que os investimentos necessários para enfrentar esse flagelo começaram apenas agora. ---- Além da escassez e da construção de novas habitações, a elevada dívida municipal, que ultrapassava os catorze milhões de euros em 2021, certamente afetou a capacidade de ação do Executivo. -----

Em relação aos processos de despejo, disse ser crucial saber como a Câmara estava a lidar com as famílias que não conseguem cumprir as suas obrigações, assim como a fiscalização dos negócios no parque habitacional, como o subarrendamento, que muitas vezes impede que outras pessoas acedam a alojamento apropriado. A questão das coberturas televisivas sobre lojas e garagens convertidas em dormitórios era alarmante. Isso levanta preocupações sobre a regularidade dos atestados de residência emitidos em determinadas freguesias, o que pode contribuir para o agravamento da situação habitacional. Mencionou que seria útil que a Câmara disponibilizasse informações atualizadas sobre esses assuntos, especialmente considerando que já foram feitos requerimentos em algumas freguesias e ainda não houve resposta. O diálogo entre a Câmara e a população é fundamental para encontrar soluções que realmente atendam às necessidades da comunidade. -----

Sobre a segurança e a gestão dos espaços públicos em Loures disse que as questões eram muito pertinentes. Aumento da criminalidade, especialmente a violência juvenil, é alarmante e requer respostas efetivas. A proposta de implementar um sistema de videovigilância é válida, considerando os bons resultados que teve noutros concelhos. Questionou qual o ponto de situação desse sistema, especialmente nas áreas mais críticas, e porque é que ainda não foi implementado. -----

Quanto ao Contrato Local de Segurança, disse ser preocupante que não tenha sido celebrado, especialmente porque já trouxe benefícios no passado. A necessidade de reforço de efetivos e recursos para as forças de segurança no Concelho é evidente, especialmente com a coligação entre o PS e o PSD. Disse ser fundamental que o Executivo procure uma maior articulação com o Governo e o Ministério da Administração Interna para garantir uma presença policial adequada, considerando a dimensão territorial e populacional de Loures. -----

A segurança nas escolas, com o início do ano letivo, também merece atenção. A presença de segurança é essencial para garantir um ambiente seguro para alunos e educadores, substituindo mediadores que podem não ser suficientes.-----

Sobre o Hospital Beatriz Ângelo, disse que a falta de clareza sobre o modelo de gestão futuro é preocupante. A possível reversão para uma PPP sem um caderno de encargos claro, gera incertezas sobre o futuro do hospital e o que isso significará para a população. Sobre a situação dos espaços públicos e a recolha de lixo disse serem preocupantes. Era inaceitável que, apesar de contratos interadministrativos e delegação de competências, o lixo continuasse a amontoar-se em várias freguesias. A falta de manutenção e a ineficiência dos serviços de limpeza devem ser abordadas urgentemente. Mencionou que o Executivo precisa fornecer respostas concretas sobre como pretende resolver esses problemas e garantir um ambiente limpo e seguro para todos os munícipes.-----

-----  
- Beatriz Goulart da Silva Pinheiro (CDU), colocou três questões relativamente à abertura do ano letivo: quantas salas foram criadas de jardim de infância, quantas turmas têm horário duplo e se todas as escolas do primeiro ciclo têm de momento AEC's.-----

-----  
- Pedro Miguel Guerreiro Nunes dos Santos (PAN), levantou várias questões relacionadas com a saúde, o ambiente e à infraestrutura do concelho. -----

Perguntou se o Executivo já possui informações sobre a origem do problema dos sistemas informáticos do Hospital Beatriz Ângelo (HBA) e quais as ações que estão a ser implementadas para garantir que a situação não se repita. -----

Questionou sobre o calendário para as intervenções necessárias nos centros de saúde que atualmente não têm condições adequadas, questionando por um cronograma para as melhorias. -----

Além das novas instalações previstas em algumas freguesias, indagou sobre que medidas serão adotadas para atrair médicos de família para o concelho, um tema crucial para a saúde da população.-----

Perguntou quantos jardins existem no concelho que promovem a biodiversidade, utilizando plantas autóctones e com baixo consumo de água. Além disso, solicitou informações sobre projetos de compostagem ou incentivos à compostagem atualmente em prática.-----

Por fim, questionou sobre o estado atual da construção do novo Centro de Recolha Oficial de Animais de Loures (CROAL). -----

-----  
- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos à primeira ronda de questões.-----

-----  
- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, abordou várias questões relacionadas ao início do ano letivo e ao funcionamento dos serviços públicos. Explicou que, no início do ano letivo, existem variáveis que afetam tanto a alocação de professores quanto a matrícula de alunos no pré-escolar, e que estão a ser feitos cruzamentos de dados com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEST) e os agrupamentos escolares para garantir a precisão das informações. -----

Em relação à adjudicação do metro, mencionou que houve um conjunto de propostas e que, após a análise das reclamações, a adjudicação estava prevista para ocorrer ainda no presente mês. Sobre o transporte público, destacou a implementação do novo sistema BRT (Bus Rapid Transit), que melhorará a conectividade em Sacavém, com frequências de dez em dez minutos. -----

Quanto à segurança, informou que, durante o último Conselho Municipal de Segurança, foi anunciado um reforço de efetivos da PSP na área, além da entrega de doze novas viaturas, que irão melhorar o policiamento e a segurança nas escolas. Realçou que há um crescente pedido por mediadores nas escolas, tanto pelos coordenadores como pelas associações de pais e que está a ser difícil de atender.-----

Sobre a questão do Hospital Beatriz Ângelo (HBA) e as parcerias público-privadas (PPP), esclareceu que a responsabilidade pela elaboração do caderno de encargos recai sobre o Governo, e que, até o momento, não houve propostas apresentadas.-----

Por fim, em relação às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), afirmou que todas as parcerias já foram assinadas e não havia informações sobre problemas na sua implementação nas escolas do concelho. -----

-----  
- A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, mencionou que, quanto à primeira abordagem, a Carta Municipal da Habitação está atualmente em fase de finalização. Explicou que não quiseram colocá-la em discussão pública naquele momento, pois estavam a apurar os últimos contributos dos serviços internos. Assim que a democracia respondesse a doze de outubro – eleições autárquicas, o documento estaria em condições de ser colocado à discussão pública, permitindo a participação de todos.-----

Destacou que, em termos de tempos, foi muito falado sobre habitação e tramitação, especialmente pelo senhor deputado municipal Luís Direitinho, e reiterou que, desde a posse daquele Executivo Municipal, não havia nenhum projeto. Assim, tudo o que foi

feito serviu para lançar mão dos instrumentos de financiamento, como o PRR, criando projetos, preparando cadernos de encargos e lançando concursos públicos, aguardando a aprovação das candidaturas do PRR. Lembrou que apresentaram vinte e quatro candidaturas, totalizando cento e vinte e cinco milhões de euros, das quais setenta milhões foram aprovados pelo IHRU em treze candidaturas. De maneira geral, candidataram-se para construir quinhentos novos fogos, e cerca de trezentos foram aprovados. -----

Em relação à reabilitação, afirmou que estão a reabilitar mil e duzentos fogos, citando a grande urbanização, a maior do Concelho, com seiscentos e oitenta na urbanização Terraços da Ponte, que já está concluída. Mencionou que as intervenções não se limitaram ao exterior das habitações, mas também abrangem o interior, especialmente daqueles que estavam cumprindo com a obrigação do pagamento da renda mensal. ----

Quanto às desocupações, explicou que têm estado a realizar processos administrativos que são morosos, mas que já resultaram num conjunto de habitações na posse do município. Acrescentou que a estratégia não se limitou a isso, pois também lançaram parcerias público-privadas e realizaram um concurso para a constituição de direito de superfície, cujo prazo terminou em agosto, mas infelizmente não receberam candidaturas nesse processo. Informou que estão a rever as linhas do procedimento para relançá-lo, procurando torná-lo mais atrativo. Também mencionou que, como o senhor Presidente destacou, aumentaram as linhas de apoio, tanto para a habitação jovem quanto para o programa novo +35 anos, com uma dotação de um milhão de euros, em contraste com as verbas que estavam disponíveis quando assumiram a Câmara. Concluiu que estão a trabalhar para criar respostas múltiplas na área da habitação. -----

No que se refere à saúde, informou que estão a implementar quatro novas unidades de saúde e a reabilitar oito unidades. Realçou que a Câmara tem responsabilidade nessa área desde há dois anos e afirmou que atribuir a responsabilidade ao Executivo Municipal por elevadores fora de funcionamento não corresponde à verdade. Por exemplo, na Mealhada, o elevador já está a funcionar. A unidade de saúde de Sacavém, que visitou recentemente, já teve obras de intervenção, onde anteriormente havia baldes de água nos corredores para acomodar a água que caía dos tetos, agora, o exterior já foi pintado. -----

Acrescentou que, em Santo António dos Cavaleiros e Loures, a obra está adjudicada e os materiais estão a ser aprovisionados para o início das obras. Também mencionou que a unidade de saúde de São João da Talha começará dentro dos próximos meses. Referiu que, desde que assumiram essa responsabilidade, outras intervenções foram feitas, como a instalação de ar-condicionado na unidade de Bucelas, que há vinte anos não tinha. Transmitiu que antes, com a CDU na administração, a responsabilidade recaía sobre a Administração Central. -----

Além disso, mencionou que faltam trinta e oito médicos de família no Concelho de Loures, com cinquenta e seis mil utentes sem médicos de família, e que não têm desistido de reivindicar ao Governo a necessidade de mais médicos. Quanto ao problema recente do Hospital Beatriz Ângelo, afirmou que foi um problema informático e que, segundo a administração do hospital, a situação está resolvida. Contudo, enfatizou que cabe ao Executivo Municipal não intervir no sistema informático de gestão do hospital. -----

Sobre a urgência pediátrica do HBA, comunicou que está aberta de segunda a sexta-feira, das oito da manhã às vinte e uma horas, e que nos fins de semana, a partir das vinte e uma horas, entra em funcionamento o CODU, que referencia os casos para o centro de orientação do INEM. -----

Em relação ao Contrato Local de Segurança, explicou que a questão foi devidamente apresentada e que desejam avançar com o contrato, mas que é necessário um impulso da Administração Central, já que, se não existem agentes para funções ordinárias do Ministério da Administração Interna, torna-se ainda mais difícil para o Governo assinar um contrato que exige meios extraordinários. -----

-----  
- O Vereador, Nuno Ricardo Conceição Dias, em resposta ao deputado municipal do Chega sobre a implementação da videovigilância, referiu que o trabalho em conjunto com a PSP e a GNR resultou na preparação para lançar um concurso para a instalação de cerca de 240 câmaras no município, com um investimento estimado de cinco milhões de euros. Realçou que a próxima etapa depende da autorização do Ministério da Administração Interna (MAI). -----

Em relação aos contratos interadministrativos de recolha de resíduos, explicou que, embora esses contratos tenham sido assinados sob a imposição do PS no mandato anterior, resultaram num aumento significativo na recolha de monos, quase 1000%. Deu nota que, apesar desse aumento, ainda há desafios a serem enfrentados, especialmente na fiscalização da deposição de resíduos, devido à grande extensão do território de Loures. Embora ainda existam problemas, houve uma melhoria na coleta de resíduos, com a ampliação dos contratos e cobertura de mais equipamentos e tipos de resíduos, além de metas específicas a serem cumpridas. Concluiu, afirmando que esforços estão a ser feitos para aprimorar a fiscalização e o controlo, trabalhando em colaboração com as freguesias que se associem ao contrato. -----

-----  
- O Vereador, Nelson César Gonçalves Batista, iniciou a sua resposta refutando a afirmação do deputado municipal do PAN sobre o abate excessivo de árvores pelo Executivo, esclarecendo que a tempestade Martinho teve um impacto significativo no número de árvores que precisaram ser removidas. Referiu que, sem essa tempestade, teriam sido realizadas mais plantações e proteções de árvores. Também mencionou que

já está em andamento um concurso para replantar as árvores abatidas e requalificar calçadas, demonstrando um compromisso com a recuperação do arvoredo.-----  
De seguida, falou sobre os parques municipais, afirmando que todos os espaços verdes estruturantes, como o Parque Adão Barata e o Parque Municipal de Cabeço de Montachique, são sustentáveis e ricos em biodiversidade. Destacou que o Cabeço de Montachique é o mais rico em biodiversidade, e mencionou iniciativas anuais do projeto "Há Vida em Montachique", além de convidar o deputado municipal a visitar a estação de biodiversidade de Fontelas, na freguesia de Lousa.-----  
Por fim, assegurou que todos os parques são bem geridos em termos de sustentabilidade e biodiversidade, e que as Juntas de Freguesia estão a avançar nesse sentido, reconhecendo a necessidade de proteger e promover os espaços verdes no futuro.-----

-----  
- A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, em resposta a uma questão colocada pelo senhor deputado municipal Tiago Silva, a propósito das demolições no Talude e das providências cautelares, esclareceu que a Câmara apresentou as respetivas oposições e que ainda não teve nenhuma decisão judicial.-----

-----  
- O Vereador, Nelson César Gonçalves Batista, mencionou que faltou dar resposta sobre a questão do CROAL, e referiu que o CROAL é um projeto que não caiu. É um projeto que está em cima da mesa, infelizmente não conseguiram concretizá-lo durante aquele mandato, e estavam a trabalhar nesse sentido. Disse acreditar que no próximo mandato seria uma realidade e uma necessidade do Município. -----

-----  
- Rita Lage Sarrico (BE), referiu que a senhora Vice-Presidente não respondeu a uma das perguntas que colocou sobre as declarações do Governo, sobre a não atualização dos dados.-----

-----  
- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), questionou sobre a reabilitação de 1.209 fogos, e se todos os trabalhos estão realmente concluídos e se as condições de habitabilidade, como infiltrações e problemas de conforto térmico, foram realmente resolvidas, especialmente nos Terraços da Ponte. Destacou que o anúncio da reabilitação inclui melhorias nas fachadas, substituição de janelas e condições de conforto térmico, mas questionou sobre se as obras estão completas ou se há mais intervenções pendentes.--  
Criticou o atual Executivo do PS, mencionando que algumas obras, como centros de saúde e a variante de Loures, foram deixadas pela CDU e que o PS se apropriou do mérito dessas intervenções. Destacou o atraso na execução da Variante de Loures, atribuindo parte da responsabilidade ao chumbo de um empréstimo necessário para a obra.

Referiu que, durante o mandato do PS, o mesmo empréstimo foi aprovado, insinuando que a oposição ao projeto era uma estratégia deliberada do PS para criar obstáculos à sua concretização. -----

Por fim, referiu a necessidade de clareza e transparência nas informações sobre o progresso das obras e criticou a postura do PS em relação ao aproveitamento político das intervenções que foram, na verdade, iniciadas por outros mandatos. -----

Criticou a atual gestão do Partido Socialista em relação às obras nas escolas, questionando a eficácia da comunicação sobre o progresso das intervenções. Destacou que, embora sejam anunciadas 17 obras, muitas ainda estão previstas para o futuro, o que sugere que os milhões anunciados não refletem uma real concretização das obras, mas sim uma propaganda exagerada. -----

Sobre a saúde, mencionou que, apesar da defesa das transferências de competências pelo PS, os problemas nos Centros de Saúde persistem, e esses nunca foram prioritários durante os vários mandatos do partido. Deu nota que, quando o PS estava no poder, os problemas eram minimizados, mas agora, que não está, a responsabilidade pela situação é atribuída à Administração Central, destacando uma incoerência nas suas declarações. Além disso, referiu a falta de ação do Partido Social Democrata e criticou a maneira como ambos os partidos tratam a responsabilidade pelas falhas na saúde pública. Concluiu, realçando a necessidade de coerência, honestidade e memória nas promessas feitas, sugerindo que a culpa é frequentemente transferida para outros, sem que os responsáveis assumam as suas falhas. Essa postura, segundo ela, reflete uma política que não atende às necessidades do município e gera descontentamento. -----

-----  
- Armando Manuel Pedroso Militão (PPD/PSD), começou por referir que ouviu sempre com muita atenção as intervenções da deputada municipal Tânia Mateus, e aproveitou para a questionar sobre o legado do seu partido no executivo camarário. Mencionou especificamente a Variante de Loures e a construção de Centros de Saúde, insinuando que o partido da deputada municipal não deixou essas obras concluídas antes de perder as eleições. -----

Defendeu que o seu partido, o PSD, não se exime de responsabilidades, ao contrário do que a deputada municipal pode pensar. Afirmou que a população de Loures quer soluções imediatas e que o seu partido se posiciona ativamente, reclamando quando necessário, mesmo em reuniões públicas. Essa postura, segundo ele, contrasta com as reuniões do partido oposto, que ele considera mais fechadas e menos transparentes. --

Em seguida, destacou uma afirmação do deputado municipal Pedro Santos, da coligação progressista, sobre a indiferença em relação ao modelo de gestão (se parceria público-privada ou SNS), com foco no bem-estar das pessoas, passando a citar *“a nós não nos interessa se é uma parceria público privada no HBA, ou se é o SNS, o que queremos é as pessoas bem servidas”*. Considerava isso uma evolução significativa e positiva, elogiando

a abertura do deputado municipal para a parceria público-privada, o que via como um avanço democrático. -----

- Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade (CDU), questionou se a obra do metro já foi adjudicada e qual é a previsão de início. Além disso, era importante saber a quem será adjudicada a obra e executada. -----

Quanto às BRT (Bus Rapid Transit) na zona oriental, mencionou que o senhor Presidente destacou que o percurso passaria por Sacavém e Moscavide e referiu que gostava de entender melhor o percurso completo em estudo e se a freguesia de Santa Iria de Azóia também estava contemplada no projeto, especialmente considerando as dificuldades de transporte enfrentadas por utentes nos apeadeiros de Santa Iria e Bobadela. -----  
Por fim, sobre a saída da A1 em São João da Talha, disse ter dúvidas sobre o cronograma de execução do projeto. -----

- Patrícia Isabel Morgado de Almeida (CH), iniciou a sua intervenção destacando a importância do debate sobre o Estado do Município, mencionando a Conferência de Líderes e as dúvidas sobre a realização daquela iniciativa. Realçou que, em várias ocasiões, ouviu o Executivo Municipal afirmar que a competência para realizar obras não importava, sendo fundamental avançar independentemente de quem fosse responsável. Contudo, notou uma mudança de discurso, com o Executivo a atribuir a responsabilidade a competências do Poder Central em diversas situações. -----  
Referiu que, mesmo que certas competências não sejam do Poder Local, esse deve interferir junto do Poder Central para priorizar questões relevantes, como saúde e habitação. -----

Também abordou a questão do desporto no município, insistindo que as melhorias não foram equitativas. Enquanto em algumas áreas do Concelho existem alternativas para as crianças praticarem desporto, na zona oriental, como Santa Iria de Azóia, essas opções são escassas. Em relação às piscinas de Santa Iria de Azóia, expressou preocupação com a deterioração das infraestruturas, citando problemas como as ombreiras das janelas em estado crítico e a degradação visível. Questionou o que está a ser feito para resolver essa situação, especialmente porque a GESLoures enfrentou dificuldades durante o mandato. -----

Além disso, criticou a gestão da competição nas piscinas, argumentando que, se o município está comprometido em assegurar a competição, isso deve ser feito de maneira abrangente. Expressou preocupação sobre a possibilidade dos alunos de competição terem que treinar em Santo António dos Cavaleiros, o que representaria um desafio logístico significativo para as famílias. Muitos alunos treinam fora do horário escolar, e essa mudança poderia causar dificuldades para os pais que precisam transportá-los para diferentes locais. -----

Mencionou a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e acessível em relação ao desporto e às infraestruturas, especialmente para garantir que todos os alunos tenham oportunidade de praticar desporto de forma adequada. -----

Reafirmou a importância de oferecer soluções e uma comunicação clara sobre a situação das atividades extracurriculares, especialmente em relação à natação. Disse que muitas crianças deixaram de participar devido à falta de opções viáveis, o que resulta numa diminuição da prática desportiva e, conseqüentemente, num serviço inadequado prestado pelo município. -----

Em seguida, abordou a questão das escolas que não estão incluídas no protocolo de requalificação entre o Governo e a ANMP. Referiu que, embora algumas escolas não precisem de intervenções tão abrangentes, ainda existem instituições no Concelho que enfrentam condições precárias. Mencionou um exemplo alarmante, datado a 15 de setembro: alunos aconselhados a levar luvas, cobertores e casacos para a escola, pois as salas de aula têm temperaturas extremamente baixas. Criticou a normalização desse tipo de situação, que afeta diretamente o aprendizado e o bem-estar das crianças. Sublinhou que esse é um problema persistente, sem solução ao longo dos últimos quatro anos, e pediu a todos para considerarem a gravidade dessa realidade. Como mensagem final disse que as condições oferecidas às crianças devem ser adequadas e que é responsabilidade do município garantir um ambiente de aprendizado seguro e confortável. -----

-----  
- Elisa Pinto Canelas Boaventura (CDU), disse que tinha algumas questões. Queria saber qual era o ponto da situação dos Centros de Saúde, aqueles que estavam previstos para iniciar obras de beneficiação e reparações de ar-condicionado em diversos Centros. Também queria saber quais eram as medidas e as respostas dos ACES e do Ministério da Saúde que estavam a ser dadas aos utentes do Concelho, nomeadamente médicos e outros técnicos. Além disso, perguntou se já estava a funcionar o transporte para os utentes da Apelação se deslocarem ao Centro de Saúde do Catujal. Por fim, questionou se o Centro de Saúde de Camarate ainda ia ser inaugurado no presente mandato. -----

-----  
- Pedro Miguel Guerreiro Nunes dos Santos (PAN), afirmou que a sua bancada deveria ter sido a única durante o mandato que nunca entrou em acusações pessoais de ninguém. Agradeceu o destaque, mencionando que não tinha que explicar nada a ninguém, mas que a coligação da qual o PAN irá fazer parte, juntamente com o Bloco de Esquerda e com o Livre, avança com toda a força para o próximo mandato. Ele reconheceu que são partidos diferentes e que inevitavelmente têm opiniões distintas, o que está tudo bem, pois, caso contrário, não seriam um só partido. Embora não tivesse que explicar, considerou que fazia todo o sentido fazê-lo e que não se tratava de uma defesa de honra. -----

Voltando às questões que trouxe acerca dos projetos de compostagem, assumiu que, devido à ausência de resposta, não houve projetos na área da compostagem. Em relação aos abates de árvores, agradeceu a resposta, mencionando que se falou em reposição da verdade e acrescentou que as verdades têm múltiplas faces. Recordou que a tempestade Martinho ocorreu em março de dois mil e vinte e cinco e que, antes disso, houve muitos abates, afirmando que o abate deve ser sempre, pelo menos na sua perspectiva e ideologia, a última das últimas possibilidades. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), esclareceu que era para responder ao senhor deputado municipal Armando Militão, mas como ele se ausentou da sala, pediu que a bancada passasse os esclarecimentos, que considerou bastante fáceis, já que todos eram muito previsíveis. Destacou que estavam na Assembleia Municipal de Loures e que a única coligação eleita, até onde tinha conhecimento, era a da CDU. Ela, em representação do Bloco de Esquerda, mencionou que o senhor deputado municipal Pedro Santos falava em representação do PAN e que a senhora deputada municipal Sara falaria em representação do PSD. Assim como o senhor deputado municipal Pedro Santos havia dito, se todos tivessem a mesma opinião, seriam do mesmo partido. -----

Dirigiu-se ao senhor deputado municipal Armando Militão, afirmando que, se ele estava tão interessado no programa eleitoral da Coligação Construir o Futuro, permitisse que respondesse enquanto candidata, referindo que era responsável por colocá-lo online. Prometeu enviar-lhe o programa eleitoral da coligação, onde ele poderia esclarecer as posições relativas à área da saúde, à PPP e a outras questões, como a contratação de privados para serviços do SIMAR, que já estavam esclarecidas.

Por fim, expressou a sua curiosidade sobre a bancada do PSD vir com tal discurso, lembrando que a atual Ministra da Saúde do PSD admitiu, na semana anterior, a sua própria incompetência, e questionou porque é que se o PSD estivesse tão preocupado com a saúde, não pedia a demissão da Ministra. -----

- Élio Alexandre Capricha Matias (CDU), mencionou que fará no próximo dia vinte, que o senhor Presidente assinou um acordo com Arruda dos Vinhos, relativamente à necessidade do nó de saída da A9 com a A10. O protocolo pretendia um estudo de tráfego, sabendo que é uma matéria unânime naquele órgão, questionou qual o ponto de situação. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, começou a responder ao senhor deputado Élio Matias, informando que o projeto está em fase de finalização,

realçando que a última atualização que teve foi até a semana passada. Expôs algumas notas rápidas, afirmando que a verdade deve prevalecer. Dirigiu-se à deputada municipal Tânia Mateus, destacando que a CDU governou a Câmara por oito anos, enquanto o Executivo PS/PSD está há quatro anos, e considerou injusto comparar esses períodos, mas ainda assim o fez. -----

Mencionou dois centros de saúde: o de Moscavide, cuja inauguração foi marcada pelo Presidente Bernardino Soares, mas cuja preparação foi feita pelo PS; e o de Santa Iria, onde a placa de inauguração tinha o seu nome, mas onde a obra foi apenas a conclusão de um estacionamento. Constatou que em oito anos de gestão da CDU, apenas um centro de saúde foi completado. Referiu que a preocupação da deputada municipal deveria ser com os interesses das pessoas e das freguesias, afirmando ter legitimidade para falar disso, já que esteve no Executivo da Junta de Freguesia de Sacavém e Prior Velho. Contou que, ano após ano, solicitaram à Câmara a realização de uma rotunda na Quinta do Património, mas a CDU votou contra essa proposta, que era do interesse da população e diziam que tecnicamente era impossível, que havia um parecer da EPAL que não dava para contruir e mal tomou posse, foi logo ver se havia algum parecer, mas não havia. -----

Sobre o Jardim de Moscavide, também reivindicado há anos, referiu que a CDU havia votado contra. Expressou perplexidade em relação a algumas intervenções na Assembleia Municipal, lembrando que se aproximam as eleições e que a população faria o seu juízo. -----

Por fim, direcionou uma pergunta à deputada municipal do Chega, solicitando esclarecimentos sobre uma afirmação grave de que crianças foram avisadas para usar luvas devido ao frio. Pediu que ela especificasse a escola, mencionando a Escola Secundária Arco Íris e Sttau Monteiro, e disse que iria verificar a situação com os diretores dos agrupamentos, já que não havia recebido informações sobre isso. -----

- A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, em resposta à senhora deputada municipal Rita Sarrico afirmou que, em relação às declarações do Governo sobre o aumento das necessidades, não foi reportado ao Governo esse aumento. Mencionou que o número identificado no documento da Estratégia Local de Habitação como núcleos precários, referente ao número de famílias monitorizadas, permanece inalterável. -----

Sobre a intervenção da senhora deputada municipal Tânia Mateus, explicou que a obra dos Terraços da Ponte está praticamente concluída, tendo sido dividida em três fases, e que atualmente apenas uma fase está em andamento. Destacou que está a ser verificado tudo o que pode ainda estar por intervir e esclareceu que essas empreitadas foram realizadas ao abrigo do PRR, sendo uma condição para o benefício dessa linha de financiamento o aumento das condições de sustentabilidade e eficiência energética do

parque habitacional. Acrescentou que, além do conforto térmico proporcionado pela substituição das janelas, também foram feitas impermeabilizações. As intervenções foram realizadas nos cadernos de encargos tanto no interior quanto no exterior dos fogos, com a substituição de toda a rede de água e o isolamento térmico dos pisos térreos, devido a problemas graves de infiltrações na urbanização dos Terraços da Ponte, que geravam questões de insalubridade. Informou ainda que foram feitas pinturas no exterior e interior dos espaços comuns e dos fogos, sempre que havia infiltrações, além da reposição e substituição de pavimentos danificados. -----

Esclareceu que as obras de responsabilidade do senhorio foram concretizadas, mas aquelas relacionadas à má utilização por parte dos arrendatários, que são da responsabilidade deles, não foram intervencionadas. Também destacou que apenas foram feitas intervenções no interior dos fogos cuja relação locatícia estava regularizada, ou seja, os que tinham a renda em dia ou um plano de regularização e eram os titulares do contrato de arrendamento. -----

Mencionou que as obras na Quinta das Mós estão quase a ser concluídas e que as obras na Parcela 6 estão consignadas, enquanto as obras na Quinta das Pretas já foram finalizadas. Assim, dos mil duzentos e nove fogos, cerca de 70% já estão concluídos, com a previsão de término até junho de 2026, ao abrigo do PRR. Ainda transmitiu que, no âmbito dessas intervenções financiadas pelo PRR, estava a ser realizada a reabilitação do Romeu e Julieta, um imóvel adquirido em 2017, sobre o qual nada foi feito até então, destacando que essa gestão era do Partido Socialista, que estava a promover a reabilitação com várias soluções, incluindo habitação, bolsa nacional de alojamento temporário e urgente e espaços municipais. -----

Em relação ao desporto, acrescentou algo ao que foi dito pelo senhor Presidente e pela senhora deputada municipal Patrícia Almeida. Pediu desculpa, mas destacou que a afirmação sobre a falta de benefícios em infraestruturas desportivas na zona oriental do Concelho não correspondia à realidade. Mencionou que o Executivo Municipal, em quatro anos, aumentou em 30% a prática desportiva, tanto formal quanto informal, o que foi possível graças ao apoio próximo aos clubes, à requalificação das infraestruturas desportivas e aos projetos e apoios que superaram os regulamentos anteriores. -----

Questionou se a questão levantada pela senhora deputada municipal se referia especificamente às infraestruturas desportivas e acrescentou que foram incluídas coberturas de polidesportivos, uma para cada freguesia, sendo que na zona oriental, por exemplo, Santa Iria de Azóia já estava a utilizá-lo. Mencionou ainda que, com a substituição do piso sintético, os jovens estavam a usar o polidesportivo até ao dia seguinte, quando o campo estaria novamente em condições. -----

Quanto à intervenção da senhora deputada municipal Elisa Boaventura, afirmou que já havia respondido sobre as obras nas oito Unidades de Saúde e o cronograma correspondente. Fez uma correção, informando que as ACES não existem há dois anos,

tendo sido substituídas pelas duas ULS Loures/Odivelas e São José. Em relação à inauguração do Centro de Saúde de Camarate, disse que não estava prevista para o atual mandato autárquico, apesar da obra estar a cumprir os prazos. -----

Sobre a piscina de Santa Iria de Azóia, explicou que o modelo de gestão definido pelo Conselho de Administração da Gesloures em relação à competição depende do patamar competitivo alcançado e da fixação de equipas técnicas. Informou que essa decisão foi discutida com atletas, famílias e treinadores. Também mencionou que existe um plano de intervenções para a manutenção e conservação das piscinas, iniciando-se pelas instalações eletromecânicas que apresentavam problemas há muito tempo, priorizadas devido à sua condição. Por fim, destacou que os índices de investimento nas intervenções das piscinas têm sido significativamente superiores aos realizados no mandato anterior.-----

-----  
- Rita Lage Sarrico (BE), disse que ia insistir no assunto, porque não ficou esclarecida. As declarações que o Governo deu sobre a não atualização dos números, foram com base nas declarações do senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, sobre o crescimento do número de pessoas a viver em condições precárias a nível habitacional. Com base na resposta que a senhora Vice-Presidente deu, concluía que as declarações do Senhor Ministro eram verdadeiras e que a Câmara de Loures, o diagnóstico que tinha das necessidades habitacionais do Concelho de Loures, não foi atualizado e ainda estava com os números de 2021, que, por sua vez, eram dados que dizem respeito a 2019. Portanto, a Câmara Municipal de Loures estava a operar e estava a comunicar ao Governo, que as necessidades habitacionais que o Concelho de Loures tinham eram com base em números de 2019. Questionou se era essa a conclusão. -----

-----  
- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), referiu que o que foi dito reflete preocupações legítimas sobre o estado das obras de requalificação dos fogos, especialmente no que se refere à quantidade de intervenções realmente concluídas. Se a afirmação é de que mil duzentos e nove fogos estão reabilitados, é fundamental que essa cifra seja claramente apoiada por dados concretos. O ponto levantado de que, se a primeira fase da Quinta dos Terraços da Ponte abrange apenas cento e cinquenta fogos e que, somando a Quinta das Mós, não se atinge 70% das intervenções, levanta dúvidas sobre a veracidade das declarações.-----

É crucial que haja transparência e clareza nos números apresentados. Se a realidade é que, mesmo considerando que as obras que foram concluídas possam rondar os 70%, isso não significa que a cifra total de mil duzentos e nove fogos reabilitados esteja correta, especialmente se há outras obras que ainda não começaram ou estão em fase de planeamento. Além disso, a condição de que as requalificações estejam limitadas a

fogos com rendas e compromissos contratuais ainda pode reduzir essa cifra, o que reforça a necessidade de um esclarecimento mais detalhado e preciso. -----  
Conforme as informações apresentadas, expressou preocupação que pode haver uma desconexão entre o que está a ser anunciado e o que está, de facto, a acontecer no terreno. É fundamental que isso seja investigado e que a população receba informações fidedignas sobre o progresso das intervenções. Referiu que a conclusão apresentada era clara: havia um sentimento de que a reabilitação não estava a ser realizada conforme anunciado, e isso necessitava de uma resposta adequada e fundamentada por parte da administração responsável.-----

-----  
- A Presidente da Assembleia Municipal, passou novamente a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos.-----

-----  
- A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, mencionou que gostaria de responder, começando pela senhora deputada municipal Tânia Mateus, referindo que provavelmente, ela não tem passado pela Urbanização Terraços da Ponte, pois, se tivesse, veria que seiscentos e oitenta fogos já foram intervencionados. As mudanças das caixilharias foram realizadas em todos esses fogos. As maiores intervenções no interior ocorreram apenas nos fogos onde existiam anomalias de responsabilidade do senhorio, como mencionado. Essas intervenções foram realizadas nas situações onde as relações locatícias estavam regulares. Realçou que não foram intervencionadas situações de irregularidade, exceto pela substituição das caixilharias. Reafirmou que cerca de 70% das mil duzentas e nove intervenções já foram executadas. O prazo para a conclusão não era aquele dia, ao contrário do que a senhora deputada municipal insinuou; o prazo era até trinta de junho de dois mil e vinte e seis, conforme o financiamento do PRR a 100%. -----

Em contraste com a atuação anterior da CDU, que se limitou a "lavar a cara" e a "pincelar" na Quinta da Fonte e na Quinta das Sapateiras, o que os moradores dessas áreas têm questionado é quando as obras efetivas serão realizadas. Na Quinta da Fonte, a situação é similar. As intervenções feitas nos edifícios foram superficiais, e a água ainda entra nos patamares, o que levou a administração atual a colocar soluções para evitar que a água entre e cause escorregões. Afirmou que falava com propriedade, considerando que conhece e acompanha a situação. -----

Em relação aos casos de irregularidade, não são realizadas intervenções; essas pessoas estão com procedimentos contratuais em curso visando a resolução de seus contratos. Informou à deputada municipal Rita Sarrico de que foi realizado um levantamento de necessidades, cuja finalização estava em trâmite. Mencionou que no documento da Estratégia Local de Habitação, há um ponto mal inserido que diz respeito a um bairro que não pertence à Câmara Municipal, portanto, não pode ser tratado da mesma

maneira que os demais. Assim, não se atualizou ainda o número ao Governo. Apenas no dia anterior foi realizada uma reunião com o senhor Ministro das Infraestruturas, onde o tema foi abordado e a tramitação relativa a essa matéria foi explicada. -----

- O Vereador, Nuno Ricardo Conceição Dias, dirigiu-se ao deputado municipal Pedro Santos, referindo que não lhe podia deixar de responder no que diz respeito aos combustores. Referiu que tinham projetos de compostagem em todas as Freguesias do Concelho e deu nota que já distribuíram mais de oitocentos combustores, quer em escolas, quer em entidades solicitadas, quer também em particulares. Deu também nota que estava previsto uma programação de entrega de combustores comunitários para o ano de dois mil e vinte seis, programada também pelo SIMAR, dando cumprimento naturalmente também aos objetivos que tinham e aos objetivos que foram intimados para poderem cumprir os objetivos de sustentabilidade. -----

- Patrícia Isabel Morgado de Almeida (CH), solicitou que através da senhora Presidente, fosse esclarecido que já em janeiro de dois mil e vinte e quatro, existiam notícias, quer no Expresso, quer na SIC Notícias, que davam conta daquilo que ela ali denunciou, nomeadamente, que a escola precisava de obras a vários níveis e quando chegam os dias de frio, os problemas agudizam-se, o que não era um assunto novo. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a discussão produzida e sobretudo a elevação do debate, a substância do debate e a prova viva que era possível fazer um debate sobre o Estado do Município, em período pré-eleitoral. Agradeceu muito a colaboração e a participação de todos, a qualidade que emprestaram ao Debate do Estado do Município, que era uma inovação daquele mandato e que esperava que pudesse continuar, com ajustamentos e com melhorias, seguramente. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal o Presidente Ricardo Jorge Colaço Leão, a Vice-Presidente Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes e os Vereadores, Nuno Ricardo Conceição Dias, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães Bernardo, Nelson César Gonçalves Batista e Fernanda Maria Cardoso Santos. -----

--- Eram vinte e três horas e quinze minutos, quando a Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a reunião. -----

--- A ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 37 PRESENCAS, SENDO QUE 21 REPRESENTANTES NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A PRESENTE ATA E NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. A ATA FOI APROVADA NA REUNIÃO DE

VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----  
A ATA É ASSINADA PELO 1.º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AQUILINO JOSÉ MARQUES VENTURA, -----

E PELA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SUSANA DE FÁTIMA CARVALHO AMADOR,

-----